



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

MEMORANDO Nº: 329/2024/CGM

Camaragibe-PE, 04 de novembro de 2024.

Ao Ilustríssimo Senhor,

Givanildo Nascimento – Presidente da CPL

Em cópia: Secretaria de Infraestrutura e Chefe do Poder Executivo de Camaragibe

E-mail: cpl@camaragibe.pe.gov.br;
gabinete@camaragibe.pe.gov.br;
seinfra@camaragibe.pe.gov.br

Assunto: OFÍCIO TC/DINFRA/GAOS/SEDE nº 107/2024. – Solicitação de Documentos e esclarecimentos.

Senhora Prefeita,

Senhor Secretário,

Como é cediço, a **Controladoria-Geral do Município – CGM** tem em suas atribuições apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme art. 4º, inciso IV da Lei Municipal nº 535/2013. Inicialmente, importa destacar que, na data de 31/10/2024, houve o julgamento, na 36ª SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA, do PROCESSO TCE-PE Nº 24101094-9, na modalidade Medida Cautelar - Medida Cautelar.

Abaixo, transcreve-se o inteiro teor da Determinação exarada no bojo do Acórdão nº 1874 / 2024:

(...) DETERMINAR, com base no disposto no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, bem como no artigo 4º da Res. TC nº 236/2024, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Camaragibe, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, no prazo indicado, a medida a seguir relacionada :



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

1. Que, quando da retomada do procedimento licitatório, promova, em homenagem ao princípio da ampla competitividade e economicidade, a habilitação da empresa DAUD Empreendimentos - Processo Licitatório nº 069/2024, modalidade Concorrência Pública nº 003/2024. Prazo para cumprimento: Efeito imediato.

Assim, reforça-se o e-mail já encaminhado a CPL, bem como o controle interno endossa a urgência no cumprimento da decisão, **para que a presidência da Comissão Permanente de Licitação (CPL) cumpra o que restou determinado no bojo do Acórdão nº 1874 / 2024**, com base no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, bem como no artigo 4º da Res. TC nº 236/2024.

Após o cumprimento imediato, solicita-se cópia dos atos decorrentes do cumprimento da decisão.

Cópia do presente feito será direcionada à Chefe do Poder Executivo e a Secretaria de Infraestrutura, com o intuito de dar-lhe ciência da atuação do controle interno, permitindo assim, que intervenha junto aos órgãos mencionados neste memorando, caso entenda necessário.

Sem mais para o momento, renovam-se os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Gabriel Mateus Moura de Andrade
Controlador-Geral do Município de Camaragibe